

AS MULHERES DA ELITE FARROUPILHA:

Papéis de Gênero e Família (RS, 1835-1845)

CARLA ADRIANA DA SILVA BARBOSA*

RESUMO

O estudo dos núcleos familiares da elite farroupilha permite um panorama das dinâmicas sociais, comerciais e políticas desenvolvidas no Rio Grande do Sul da primeira metade do século XIX. O presente texto irá analisar as correspondências trocadas por membros destas famílias, buscando os papéis desempenhados pelas mulheres na formação e organização nos núcleos destes grupos ao longo da Guerra dos Farrapos (1835-1845).

Palavras-chave: Maternidade; Elite Farroupilha; Século XIX.

ABSTRACT

The study of family units from the farroupilha elite allows an overview of the social, commercial and political dynamics developed in Rio Grande do Sul during the first half of the nineteenth century. This paper will analyze the correspondence exchanged between members of these families, seeking the roles played by women in the formation and organization of these groups during the Farrapos War (1835-1845).

Keywords: Women; Farroupilha Elite; Nineteenth century.

* Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.
Email: carlaasbarbosa@gmail.com

No decurso dos anos de 1835-1845, o Império brasileiro lutou contra o movimento reivindicatório mais longo de sua história: a Guerra dos Farrapos. Uma guerra podia ser um momento difícil na vida das pessoas que a enfrentavam. Mesmo quem não estivesse diretamente em postos de combate e sim a vivendo através de quem participava das batalhas poderia ter sua vida afetada por ela. A Guerra dos Farrapos influenciou a vida econômica, política e social de muitas famílias e foi por elas influenciada. O período em que foram travados combates foi também em que as famílias e os papéis familiares foram postos a prova, em que havia necessidade de ajuda para o enfrentamento da situação. A revolução farrapa e a documentação produzida sobre ela nos deram a chance de conhecer mais sobre a vida intrafamiliar da elite farroupilha, suas trajetórias e o papel das mulheres no seu cotidiano.

Esta elite farroupilha se apresentava, recorrendo aqui a caracterização de Maravall, como um conjunto minoritário, que atuava com caráter duradouro e recorrente, que não sendo apenas um mero grupo de expressão, se projetava sobre uma ampla zona de aspectos da vida social, tendo uma formação que não era muito fechada¹. Eles faziam parte de um grupo dominante que atuava simultaneamente em diferentes atividades, buscando o prestígio e a manutenção de seus bens materiais e simbólicos. Além disso, tinham um sentimento de superioridade política e social e também certo grau de reconhecimento público e social.

Seus valores, modos de comportamento, formas de vida, os integravam em um certo sistema de crenças e os papéis familiares eram fundamentais para o embasamento e reprodução destas normas a quais faziam parte. Para esta análise utilizarei algumas das correspondências familiares além de inventários e bibliografias. Em um contexto em que a alfabetização era incomum mesmo entre os homens da elite, as mulheres raramente sabiam ler e escrever. Isso torna difícil o acesso ao cotidiano feminino, impelindo os pesquisadores a procurarem fontes indiretas para análises.

O caso de Clarinda Porto da Fontoura² ilustra esta dinâmica. No inventário de Antônio Vicente da Fontoura, seu filho Bento declarou que assinava por sua mãe por ela não saber ler nem escrever³; as informações que temos a seu respeito são extraídas a partir das missivas endereçadas a ela por seu marido no período da guerra dos farrapos, permitindo uma leitura lateral da vida desta mulher. Bernardina Barcellos de Almeida⁴ nos apresenta um caso diferente. Era alfabetizada e trocou algumas cartas com seu marido no mesmo período⁵, chegando até mesmo em meio às batalhas a alugar uma casa para a “ensinança de seus filhos e de mais alguns outros rapazes”⁶.

Sabemos que ao utilizar cartas como fontes, devemos ter consciência de que elas

1 MARAVALL, Jose Antonio. *Poder, honoryérites en el siglo XVII*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 1979, p.150-250.

2 Clarinda Francisca Porto da Fontoura era natural de Cachoeira e filha do tenente José Gomes Porto e sua esposa Luzia Francisca de Almeida. Foi casada com Antônio Vicente da Fontoura, farroupilha, jornalista, Capitão da Guarda Nacional, Juiz Ordinário, Major da Legião das Guardas Nacionais da Comarca de Rio Pardo, também se envolveu na vida política da província sul-riograndense, além de ser um dos maiores e mais importantes comerciantes desta região. Diário de Antônio Vicente da Fontoura. Porto Alegre: Sulina/ Martins, Caxias do Sul: EDUCS, 1984. / ROSA, Othelo. *Vultos da Epopéia Farroupilha*. Porto Alegre: Globo, 1935, p.145-153. / ANTUNES, De Paranhos. *Antônio Vicente da Fontoura: o Embaixador dos Farrapos*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935. / SPALDING, Walter. *Construtores do Rio Grande*. III Volume. Porto Alegre: Editora Sulina, 1973, p.87-92. / GUIMARÃES, José Pinto da Fonseca; FELIZARDO, Jorge Godofredo. *Genealogia Riograndense*. Vol. I. Porto Alegre: Globo, 1937.

3 Inventário de Antônio Vicente da Fontoura, APERS, ano: 1861, n. 233, m.13, e: 143-D. 1ª Vara de Família (Ex-Órfãos). Inventários. Cachoeira do Sul.

4 Bernardina Barcellos de Almeida era natural da província do Rio Grande do Sul, nasceu a nove de julho de 1806. Era filha de Bernardino Rodrigues Barcellos, um dos primeiros e mais prósperos charqueadores de Pelotas e de Maria Francisca da Conceição, natural de Rio Grande e casada com Domingos José de Almeida, farrapo, charqueador, comerciante, político, Juiz de Órfãos e Coronel da Guarda Nacional. NEVES, Ilka. *Domingos José de Almeida e sua descendência*. Porto Alegre: Edigal, 1987, p.28-30.

5 Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Coleção Varela, Vol.2, Correspondência 442, p.343.

6 Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Coleção Varela, Vol.3, Correspondência 607, p.623.

estão infundidas em subjetividade, sendo necessário entender o contexto em que elas foram escritas e conhecer os indivíduos que a confeccionaram. Lembrando ainda, neste caso que

A escolha do individual não é vista aqui como contraditória à do social: ela deve tornar possível uma abordagem diferente deste, ao acompanhar o fio de um destino particular – de homens, de um grupo de homens – e, com ele, a multiplicidade dos espaços e dos tempos, a meada das relações nas quais ele se inscreve⁷.

Desta forma, tomei estas mulheres como um fio condutor, puxando, a partir dele, outros fios que nos conduzam aos seus espaços de sociabilidade e como eles influenciavam ou eram influenciados por elas, seus códigos e interpretações próprias; dando importância às suas atividades, às suas formas de comportamento e às instituições que proporcionavam seus sistemas normativos⁸.

O que apresento aqui é de certa forma, um ponto de vista dominante, no qual mostro a ideia que estes homens e mulheres formavam de si próprios influenciados pelo que o mundo social lhe atribuía para o seu “ser” e o “dever ser”. Contudo, esta imagem de si mesmo não deixa de ser legítima. Como nos lembra Bourdieu: “o princípio da visão dominante não é uma simples representação mental, um fantasma (‘ideias na cabeça’), uma ‘ideologia’, mas um sistema de estruturas duradouramente inscritas nas coisas e nos corpos”⁹.

Nascer Mulher na Elite Farrapa

Nascer mulher no século XIX e, ainda pertencer à elite, era tão valorizado quanto aos homens e o nascimento de uma filha era tão bem-vindo quanto de um filho. Do mesmo modo que os filhos, as meninas também recebiam nomes que fizessem referência a algum membro familiar. As filhas do farroupilha Antônio Vicente da Fontoura e de Clarinda Porto da Fontoura foram nomeadas da seguinte forma: Clarinda, sua filha, recebeu o nome de sua mãe, esposa de Vicente da Fontoura; Josefa recebeu o nome de uma tia, irmã de Clarinda Porto da Fontoura; Gabriela Benta foi assim nomeada em homenagem ao seu avô materno Gabriel, e por Benta para fazer referência à sua tia, irmã caçula de seu pai. Maria Egípcia compartilhava o nome de sua tia, também irmã de seu pai Antônio; Vicência recebeu o nome de sua avó paterna; já a sexta filha do casal, Antonia, foi assim batizada para ter o prenome de seu pai, enquanto à sua caçula, Luzia, foi concedido o nome de sua avó materna¹⁰.

Quanto às filhas de outro farrapo, Bento Gonçalves¹¹ e sua esposa Caetana Garcia da Silva, foram nomeadas, primeiramente Perpétua, que recebeu o nome de sua avó paterna. Mais tarde, suas irmãs Maria Angélica e Ana Joaquina foram assim

7 REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas. A experiência da microanálise*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p.21.

8 SCHMIDT, Benito Bisso. “A biografia histórica: o “retorno” do gênero e a noção de “contexto”. In: GUAZELLI, Cesar Augusto Barcellos [et al.] (org.). *Questões de teoria e metodologia*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000, p.121-129.

9 BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução Miguel Serras Pereira. Oeiras: Editora Celta, 1999, p.35.

10 GUIMARÃES, José Pinto da Fonseca; FELIZARDO, Jorge Godofredo. *Genealogia Riograndense*. Vol. I. Porto Alegre: Globo, 1937.

11 Bento Gonçalves da Silva foi militar, estancieiro, comerciante e no ano de 1836 foi eleito, pelos farroupilhas, Presidente da República Rio-Grandense. MACEDO, Francisco Riopardense de. *Bento Gonçalves*. 2 ed. Porto Alegre: IEL, 1996. / WIEDERSPAHN, Oscar Henrique. *Bento Gonçalves e as Guerras de Artigas*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1979.

batizadas para homenagear suas tias, irmãs de Bento Gonçalves. Da mesma forma, o também farroupilha Domingos José de Almeida e Bernardina Barcellos de Almeida homenagearam membros de suas famílias. Suas duas filhas, Maria Izabel e Maria Carlota, receberam o prenome de sua avó materna, Maria. Abridina Decimanona Caçapavana foi assim nomeada por ter nascido aos 19 de abril, na cidade de Caçapava¹².

A transmissão de prenomes da família tinha um importante significado. Ela era a manutenção da memória do grupo e também sua continuidade. Além da tentativa de atribuir virtudes e qualidades a quem seria nomeado e mesmo uma ideia de fusão de identidades. Desta forma, para estas famílias da elite farroupilha, o nome de suas filhas merecia atenção, pois elas seriam o “reflexo feminino” da nova geração. O nome deveria ser escolhido com todo o cuidado e carinho, pois ele poderia influenciar a vida destas meninas, suas características, seu modo de ser e seus traços. Além disso, a nomeação era uma homenagem às mulheres das gerações anteriores e que, seguindo a lógica da importância e de tudo o mais que estava incumbido em um nome, foram dignas de ter seu nome perpetuado¹³.

As meninas recebiam tanto o afeto e cuidado dos pais quanto seus irmãos e eram sempre lembradas nas cartas. Bento Gonçalves fazia questão de adjectivar “por minha querida” sua filha Perpétua ao mandar lembranças quando escrevia ao genro e sobrinho Inácio de Oliveira Guimarães: “(...) *penso dar uma volta por essa parte, se me for possível, o que tanto ambiciono, tanto para ver minha família como para abraçá-lo e a minha querida filha*”¹⁴. Certamente, existia diferença na criação das crianças por seu gênero. Aos homens o aprimoramento da formação poderia ser um acréscimo para sua carreira, mas esse aprimoramento não fazia parte do cotidiano feminino. Enquanto alguns filhos eram enviados para estudar fora e até mesmo se graduarem por alguma universidade, a educação das filhas desta elite era voltada para o casamento e para a maternidade, sendo, algumas vezes, também para a vida religiosa. Se aos homens cabiam dois destinos: carreira e/ou casamento, para as mulheres restava apenas o casamento. Se alguma mulher não conseguisse se casar, provavelmente viveria com seus pais e seu papel familiar seria cuidar deles quando doentes¹⁵.

Ao falecimento de seus pais, ela acabaria por viver com um dos seus irmãos ou irmãs casados. Mesmo que tivesse recebido uma boa herança, a mulher solteira da elite farroupilha dificilmente viveria sozinha e por conta própria, já que era importante para as famílias as quais estas pertenciam estar vinculada a um núcleo familiar, mesmo que não fosse o seu e, que, neste núcleo não fizesse o papel de filha, esposa ou mãe, permanecendo no papel de irmã e/ou tia. Quando da morte prematura da mãe, a filha mais velha podia ser encarregada por sua “substituição”, ajudando na criação dos outros irmãos. Já a filha mais nova, muitas vezes era a incumbida dos cuidados aos pais idosos. Isso fazia parte da dívida do *dom*. Estas filhas deviam aos pais sua vida e sua subsistência. Deste modo, retribuir os cuidados que haviam recebido deles era uma de suas obrigações. Além disso, através destes desvelos, elas poderiam também receber melhores bens ao falecimento dos pais e poder transmiti-los aos filhos¹⁶.

12 NEVES, Ilka. *Domingos José de Almeida e sua descendência*. Porto Alegre: Edigal, 1987.

13 HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação: estudos sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. PPG - História Social, 2007 (Tese de Doutorado), p.115-133.

14 Coletânea de documentos de Bento Gonçalves da Silva, 1985, p.65.

15 FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007 (Tese de Doutorado), p.247.

16 *Idem*.

Casamento

O casamento era um ponto de alteração na vida do sujeito, uma espécie de rito de passagem à fase adulta e sua celebração era uma forma de mostrar isso à sociedade. O casamento assinalava a aliança entre dois grupos e envolvia os familiares e aliados que se reuniam e celebravam seu novo relacionamento. Os convidados participavam da festa para honrar o casal, desejar-lhe felicidades e expressar alegria por sua união¹⁷. Devemos lembrar ainda que a união conjugal imputava obrigações sociais e econômicas a uma pessoa, além de alterar a relação do casal, permitindo a intimidade sexual e criando legitimação aos filhos. Deste modo, por sua importância, o casamento não era algo de competência apenas dos noivos, era também considerável a autoridade paterna na escolha do cônjuge.

Joaquim Gonçalves da Silva e seu pai, Bento, nos dão uma ideia disso. Em trecho de uma carta trocada pelos dois, que tratava sobre o assunto do futuro casamento de Joaquim com sua prima Josefina, seu pai escreveu:

Há muito no município do Alegrete recebi vossa carta anunciando-me a vinda do compadre Azambuja a ver-se comigo acerca do vosso consórcio, do qual me fizestes uma exposição pela qual parecia-vos haver embaraços da parte de meu compadre. Este finalmente viu-se comigo há poucos dias vindo de regresso de Salvanhaque onde se viu com seu sogro, pai de vossa futura consorte, de quem sem o menor obstáculo obteve consentimento para efetuar-se seu consórcio (...)»¹⁸.

Joaquim reconheceu que o consentimento do pai da futura noiva deveria ser pedido para que houvesse o casamento. A autorização dos pais para a celebração do matrimônio era importante, principalmente, porque esta autorização fazia parte das normas “femininas” a serem seguidas como modelo de procedência, além de poupar situações inoportunas, como a perda da herança por um “mau casamento”. O próprio casamento era uma forma de tentar garantir que não houvesse futuros inconvenientes. Ele era uma forma de assegurar a legitimidade da descendência e do seu direito sobre a concessão aos bens paternos. Dessa forma, os cuidados com a manutenção da virgindade da filha e da fidelidade da esposa funcionavam como um dispositivo para garantir não somente o seu status, como também, alguém que devia garantir o futuro da linhagem e por sobre quem iria se assentar um sistema de herança de propriedade.

Segundo Muriel Nazzari, o costume de dotar havia entrado em decadência no século XIX¹⁹, restando, muitas vezes, apenas os bens que poderiam ser emprestados ou doados em pré ou pós-morte. Todavia, as mulheres das elites tinham capital simbólico de grande importância e que contavam na hora de sua escolha para esposa. Além do pertencimento a determinadas famílias, elas também poderiam participar de uma rede de apadrinhamentos. Martha Hameister em sua pesquisa sobre as redes de relações que envolviam o apadrinhamento no sul do Brasil no século XVIII demonstrou, em sua análise, o quanto ele contribuía na valorização da noiva²⁰. As relações de apadrinhamento eram um patrimônio imaterial, intangível e não avaliável em termos financeiros, mas fundamentais nos termos da economia do *dom*. Segundo a autora:

17 MACFARLANE, Alan. *História do casamento e do amor: Inglaterra, 1300-1840*. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.318.

18 Coletânea de documentos de Bento Gonçalves da Silva. *Op.cit.*, n.344, p.227-228.

19 NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

20 HAMEISTER, Martha, 2006, *op.cit.*

Através das mulheres da família e de suas novas afilhadas, a influência, o prestígio e o aguardo do contradom – sempre esperado, mas nunca exigido – eram estendidos em reciprocidades entre desiguais, atingindo, portanto, um espectro social muito mais amplo do que as boas famílias ali chegadas, que não trocaram favores de estatuto social diferente do seu. Se pelo costume do compadrio e do mercado matrimonial seria impraticável trazer, através de seus filhos, gente dos estratos inferiores para dentro do seu círculo de relações, através das afilhadas de origem social diferente da sua, podiam atrair aliados espalhados por toda a pirâmide social²¹.

As mulheres casadas e que pertenciam ao mais alto estatuto social eram as mais requisitadas para o estabelecimento de redes de apadrinhamentos. Desta maneira, as esposas poderiam ser fundamentais na formação do cabedal pessoal e militar de que seu marido poderia se valer. As relações por elas traçadas através do apadrinhamento poderiam trazer prestígio, influência e reciprocidade para seu esposo e sua família. E, de certa forma, ainda as levavam ao público, fazendo-as visíveis mais uma vez aos olhos da sociedade e ao mercado conjugal²². Estas redes de relações contraídas pelas mulheres contribuíam para firmar não somente o poder de seus maridos, mas reforçava também o papel da elite e do patriarcalismo que fundamentava este grupo e suas formas de alianças, entre elas o casamento.

E o amor? Estando o amor de cada indivíduo relacionado à sua época e à cultura de seu grupo social, seriam essas referências que poderiam instrumentá-lo na expressão dos seus sentimentos. Vale dizer, de suas pulsões individuais. Estas só poderiam se realizar tomando formas próprias de determinada cultura e sendo perceptíveis através da palavra e das imagens que esta mesma cultura oferecia²³. O casamento, para as famílias que pertenceram à elite farroupilha do Rio Grande do Sul no século XIX, tratava-se de um amor de companheiros, ligado à responsabilidade mútua do marido e da esposa em cuidar da família e da propriedade. O amor nascia ou aumentava com a convivência. O cotidiano ao lado de um parceiro bem escolhido (conforme as exigências familiares e sociais) levaria ao fortalecimento dos laços amorosos²⁴.

O amor conjugal era feito de estima, bom trato e respeito²⁵ e, nenhum destes elementos, descartava a valorização do ato sexual ou “débito conjugal”²⁶. São Paulo dizia que o marido devia proporcionar à mulher o que lhe devia e que esta deveria atuar da mesma forma para com o marido²⁷. As mulheres precisavam estar inscritas em um sistema de obediência e hierarquia e, para isso, era preciso discipliná-las e fazer do matrimônio um modelo desejado pelo Estado e pela Igreja. Para isso, os guias de casados eram invocados²⁸.

21 *Idem*, p.287.

22 *Idem*, p.286-360.

23 TRIGO, Maria Helena Bueno. “Amor e casamento no século”. In: D’INCAO, Maria Ângela (org.). *Amor e Família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989, p.92.

24 Como exemplos de endogamia social temos o charqueador Domingos José de Almeida que se casou com Bernardina Barcellos de Lima, filha de uma família charqueadora e ainda o filho deste casal que contraiu matrimônio com Perpétua Ignácia de Oliveira Guimarães, neta de Bento Gonçalves da Silva, que foi compadre, amigo e companheiro na Guerra dos Farrapos de Domingos José de Almeida. NEVES, Ilka. *Op.cit.* No que diz respeito à endogamia familiar, temos os casos de Joaquim Gonçalves da Silva que se casou com sua prima Josefina Azambuja e sua irmã Maria Angélica que se casou com seu primo Antônio José Centeno. FABRÍCIO, José de Araújo. *Op.cit.* E, ainda, os casos de Luiz Felipe de Almeida, filho do casal Domingos e Bernardina, que contraiu laços matrimoniais com sua prima Marcolina Chaves Barcellos e sua irmã Abruina Decimanona Caçapavana de Almeida, que se casou com seu primo Quincio Cincinato Barcellos. NEVES, *op.cit.* 25 DEL PRIORE, Mary. *O corpo feminino e o amor*. In: D’INCAO, *op.cit.*, p.50.

26 O débito conjugal pode ser entendido como o direito/dever dos cônjuges cederem reciprocamente os seus corpos à mútua satisfação sexual. DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro*. Vol. 5 – Direito de Família. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2000, p.120.

27 I Cor., VII, 3. *Apud*. VAINFAS, Ronaldo. *Casamento, amor e desejo no Ocidente Cristão*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1992, p.38.

28 DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 29. Os guias de casados eram normalmente uma compilação de conselhos e histórias em que eram abordados temas matrimoniais e as atitudes dos casados, orientando para a vivência do cotidiano.

Certamente, as mulheres que vieram a compor as famílias da elite farroupilha, deveriam possuir atributos, além dos seus bens materiais e simbólicos. E, é plausível, a ideia de que houvesse concorrência entre as famílias da elite pelos melhores partidos, assim como dentro da própria família em um “jogo de disputa” entre irmãs e primas. Contudo, elas deveriam saber conquistar, mas de uma forma sutil. O erotismo era visto como uma espécie de caos do mundo moral. Ele poderia arruinar o controle da sociedade e das instituições morais. “*Só o rígido controle exercido por uma ética perfeitamente codificada poderia impedir a reversão de uma ordem considerada definitiva*”²⁹. Assim, os sentimentos das moças deveriam ser educados, respeitando as normas de “bom-tom” esperadas delas. De seu comportamento não dependia apenas a sua honra, mas também a de todos os homens a que estivesse ligada: se solteira, principalmente ao pai e aos irmãos; se casada, ao marido.

Em outras palavras, as mulheres das elites dependiam de sua reputação e, nomeadamente, de sua castidade, que era um capital simbólico de toda a família e do qual fazia parte a honra dos irmãos, dos pais e do esposo. Assim deveriam ter cuidado com seu comportamento sexual, o que também poderia incluir uma linguagem sexual, demonstrada de forma física ou até mesmo contida em correspondências.

Mesmo o amor conjugal deveria ser domesticado. Era necessário conhecer o que “não convinha”, “o que não se fazia”. Havia uma justificação ética dos comportamentos, medidos em torno de um eixo organizador de juízos de valor³⁰. Do comportamento destas mulheres eram esperadas a fidelidade, o recato, a resignação e a discrição. A fidelidade era fundamental para a preservação da legitimidade dos filhos e de seus bens, tendo ainda um significado simbólico. A infidelidade feminina poderia ser considerada um ultraje à masculinidade do marido, além de ingratidão. Percebemos, ao analisar as famílias que formaram a elite farroupilha e suas correspondências, que os maridos pontuavam a família como um dos motivos para irem a guerra. Deste modo, a infidelidade de suas mulheres poderia ser considerada também uma ingratidão aos seus maridos e aos sacrifícios e perigos que estes estavam passando. Já a resignação e a discrição eram sentimentos que quase sempre envolviam algum comportamento – infidelidade – do marido. A união ideal entre paixão, amor e casamento só começa a aparecer, lentamente, ao longo do século XIX. De acordo com Mary Del Priore:

Pouco a pouco, a diferença entre amor fora e dentro do casamento diluiu-se, pelo menos no imaginário das pessoas letradas. Um ideal de casamento se impõe, em ritmos diferentes, para os diversos grupos da sociedade. Por meio desse ideal, importado da Europa via literatura, o erotismo extraconjugal deveria entrar no casamento afugentando a reserva tradicional. Nesse ideal, passa a existir um único amor, o amor-paixão, enquanto as características que retardavam o triunfo do amor, feito de sentimento e sexualidade, começam a ser postas em xeque. A sociedade começava, daí em diante, a aproximar as duas formas de amor tradicionalmente opostas³¹.

Não podemos afirmar que o amor ou a paixão era algo descartado na vida dos homens e mulheres da elite farroupilha, mas, via de regra, predominava o “amor fati”³². Devemos entender que o conceito de amor para estas pessoas era diferente do amor dos tempos atuais, mas nem por isso, deve ser considerado de menor valor. E, se a paixão poderia ser vista como algo perigoso e pouco recomendável, principalmente na vida de uma futura nubente, é porque, de acordo com os valores da sociedade aqui analisada e de seus personagens, a ideia de paixão poderia remeter ao abandono de si e ao

29 *Idem*, p.216.

30 *Idem*, p.49.

31 *Idem*, p.108.

32 Amor do destino social. BOURDIEU, *op.cit.*, p.32.

egoísmo, podendo acarretar numa má escolha de um cônjuge. Deste modo, este tipo de sentimento poderia trazer a ruína e desonra de uma família. Lembremos que o casamento era um meio importante para adquirir ou manter bens materiais e simbólicos e que a escolha de um marido estava imbuída de deveres dos filhos para com seus genitores.

E quais seriam os melhores ambientes para o arranjo de um par? Os espaços de encontros eram múltiplos e as redes de relações e amizade da família certamente desempenhava um papel interessante às moças disponíveis: os amigos dos irmãos poderiam se converter em partidos, assim como primos que se encontravam em festas familiares, saraus, missas, casamentos, batismos ou comunhões. Podemos ter uma ideia sobre estes encontros sociais através de Saint-Hilaire em sua viagem ao Rio Grande do Sul, que assim descreveu um jantar ao qual foi convidado em Rio Grande:

(...) o conde dirigiu-se à casa do Tenente-General Marques, para onde o seguimos. Fomos recebidos num lindo salão e, em seguida, levados para uma sala de refeições onde nos serviram um esplêndido jantar. A mesa estava coberta de uma quantidade de travessas, guisados e ensopados de toda qualidade. Um segundo serviço, composto de assados, saladas e massas, sucedeu ao primeiro; retiraram a carne e acrescentaram novas massas às primeiras. Depois, levantamo-nos da mesa e fizemos-nos passar a uma outra sala, onde encontramos uma sobremesa magnífica, composta de uma variedade de bombons e doces. De fruta só havia laranjas de uma qualidade deliciosa, chamada laranja-de-umbigo ou laranja-da-bahia. Após a sobremesa nos serviram café, seguido de licores. Durante o jantar, foram trocados vários brindes, repetidos agora com os licores. A reunião prolongou-se até alta madrugada e a maioria dos convivas estava de pilegue quando se retirou. Não pude deixar de admirar a mulher do tenente-general que, com setenta e quatro anos, respondeu a todos os brindes, comeu e bebeu mais que todos e conservou perfeita lucidez, mostrando uma vivacidade rara, mesmo entre pessoas jovens. Os portugueses e os brasileiros costumam beber o vinho puro, e nos grandes banquetes, o nocivo hábito de erguer brindes excita-os a tomarem em excesso³³.

A guerra e a movimentação das famílias que dela resultava, a fim de se refugiarem em casas de amigos e parentes, também poderia ser um espaço de encontros. Foi assim que aconteceu com Josefina, futura esposa de Joaquim Gonçalves da Silva. Ela estava hospedada na casa de seu tio e cunhado quando encontrou, ou reencontrou, seu primo Joaquim, deixando-o, conforme Bento Gonçalves, “cego de paixão”³⁴.

Joaquim não deve ter sido o único a dar maior vazão aos sentimentos, mesmo que regulados ou auto-regulados. O século XIX foi um período favorecido por este jogo de “mostrar-esconder”. Podia-se deixar aflorar os sentimentos, mas sabendo até onde era permitido ir. As pessoas deviam passar a impressão correta e esperada. Não podemos desconsiderar a legitimidade dos sentimentos, mas para “expressá-los” era necessário utilizar certas ferramentas. Desta forma, era preciso respeitar certas convenções, observando algumas “regras” para e como sentir – uma educação dos sentidos³⁵. Esse código amoroso era marcado por expressar fisicamente os sentimentos: lágrimas, suores frios, tremores, face ruborizada, gemidos e suspiros³⁶.

Antônio Vicente da Fontoura não teve problemas em constantemente demonstrar nas suas cartas o quanto a falta de notícias da esposa o deixava apreensivo. Quando sua mulher Clarinda Porto da Fontoura demorava a responder suas cartas, ele costumava reclamar e lembrá-la do quanto não receber informações sobre sua saúde o fazia ficar “amofinado”. A saúde de Clarinda, ou a falta dela, era assunto constante tratado nas cartas. Segundo Vicente

33 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul - 1779-1853*. Tradução de Adroaldo Mesquita da Costa. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002, p. 86.

34 Coletânea de documentos de Bento Gonçalves da Silva. *Op.cit.*, n.344, p.227-228.

35 HOCHSCHILD, Arlie Russel. *The Managed Heart*. Los Angeles: University of California Press, 1983, p.35-75.

36 DEL PRIORE, Mary, 2005, *op.cit.*, p.120.

da Fontoura: “Clarinda, eu nem sei o que escrevo; pois a terrível certeza da tua moléstia e a cruel incerteza do teu melhoramento dão ao meu coração o mais terrível contraste de angústia”³⁷. Encontramos ainda estes trechos em diferentes correspondências enviadas de Antônio a Clarinda: “(...) falou contigo em Alegrete, que estavas na cama doente, mas que lhe disseste já estares muito melhor. Ah! e eu sem receber uma carta tua até hoje, e nem por ele me escreveste”³⁸.

Em meio a uma guerra, a preocupação com as esposas e filhos era dobrada, mas cabia a elas também mostrarem-se fortes e valerosas, além de abnegadas, dedicadas, úteis, prestativas, cooperativas e compreensivas. Com a ausência dos homens era necessário que as mulheres conhecessem os negócios da família e era preciso também que elas tivessem competência na administração dos bens do casal. Estas mulheres, certamente, não assumiram este tipo de posição sem um conhecimento prévio do funcionamento das suas propriedades. E, ao tratarmos de um período de guerra, era necessário também que estas mulheres soubessem viver seus revezes.

Ao compararmos as correspondências enviadas por Antônio Vicente da Fontoura a sua esposa Clarinda Porto da Fontoura com as trocadas por Domingos José de Almeida e sua esposa Bernardina Barcellos de Almeida, notamos que estes homens mantinham suas mulheres informadas sobre todas as suas decisões. Contudo, entre o segundo casal, parecia haver uma troca maior de informações sobre o cuidado e administração dos bens. Antônio Vicente da Fontoura mantinha sua mulher informada sobre seus assuntos cotidianos e sobre sua vida política – o que não deixava de ser uma forma de mantê-la informada sobre os bens do casal, já que cargos políticos faziam parte dos bens do casal. Mas Domingos e Bernardina além de trocarem este tipo de informações, consultavam um ao outro sobre questões que envolviam seus negócios. Em carta do dia seis de fevereiro de 1836, Bernardina escreveu:

No caso que as coisas tomem melhor figura, bom; porém sempre sou de parecer que não devemos desprezar o negócio que tens entre mãos, pois esse é todo o meu desejo, portanto, caso que o sossego se restabeleça, assento que ou deves logo aqui vir, ou mandar-me quem em teu nome faça os arranjos à tua vontade; conta com a minha vontade que é toda em ver-te sossegado e livre de semelhantes barulhos”.

Ainda na mesma carta do dia seis de fevereiro encontramos o seguinte trecho: “Irei observando e ouvindo alguma coisa de novo, para na primeira ocasião te participar. Determinei a João da Cunha que nesta mesma ocasião te escrevesse sobre os negócios da nossa casa, e por isso nada digo a respeito”⁴⁰. E não estamos falando aqui somente da administração dos bens móveis e dos bens de raiz. O mesmo acontecia na administração e transporte dos escravos. Em carta de Domingos a Bernardina ele finalizou dizendo: “Os escravos daquela relação que te mandei de Porto Alegre, manda vir para aí a estarem prontos”⁴¹. Em outra correspondência ele lhe pediu: “Manda falar a Torquato para levar a Montevidéu todos os escravos constantes da lista junta, caso não precisas de algum ou alguns deles, porque então deixarás ficar os que te forem necessários”⁴². Numa terceira carta ele a elogia: “Foi prudente retirar os escravos, que não devem voltar senão depois de serenada a presente crise”⁴³.

As correspondências além de trazerem discussões sobre negócios, também mostram outros tipos de informações como relatos detalhados da guerra e discussões

37 Diário de Antônio Vicente da Fontoura. *Op.cit.*, p. 23.

38 *Idem*, p.48.

39 Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Vol.2, Coleção Varela, Correspondência 164, p. 134-135.

40 *Idem*.

41 Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Vol.2, Coleção Varela, Correspondência 196, p.171.

42 Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Vol.2, Coleção Varela, Correspondência 209, p.184-185.

43 Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Vol.2, Coleção Varela, Correspondência 241, p.207.

sobre política. Antônio Vicente da Fontoura assim informou a sua esposa Clarinda:

João Antônio passou com 300 homens; Boaventura se reuniu com mais 100; e com estes 400, mesmo que não tivesse coadjuvação dos corrientinos, ele está habilitado para bater com vantagem o inimigo porque a gente toda é muito aguerrida e tem bons oficiais. Esperamos ansiosos o resultado. Esta divisão porém, vai marchando na frente do Barão de Caxias, ao ponto onde o general em chefe lhe tem preparado uma derrota total⁴⁴.

Da mesma forma que Fontoura, Domingos José de Almeida fez um relato à esposa Bernardina:

Estando a Assembléia e toda esta cidade [Porto Alegre] à espera de Araújo Ribeiro para tomar posse e ver se assim evapora-se a tempestade que ele e mais caterva daí, de Rio Grande e do Norte haviam conjurado contra esta bela Província, chega pelo correio a notícia de que longe de vir Araújo, dava ele todas as providências para atizar a mais feroz anarquia, sacudindo o brandão da guerra civil; e logo após semelhantes notícias chegam proclamações e ofícios que se interceptaram, confirmando quanto se nos disse de Rio Grande e Norte; e ainda mais, que de santa Catarina e da Cisplatina, com Silva Tavares, espera esse monstro tropas para derramar nosso sangue⁴⁵.

Será que estes relatos faziam parte do ideal do pacto matrimonial? Provavelmente sim, já que a vida pública e privada destes núcleos familiares se confundia na maioria das vezes, fazendo com que informações sobre o encaminhamento dos combates e decisões políticas fossem de importância para a manutenção da vida privada, de seu patrimônio material e simbólico e também da existência física de suas esposas, já que, muitas vezes, a guerra invadia o território em que estavam localizadas as suas residências familiares. Desta forma, conhecer a movimentação das tropas era uma forma de estar preparada para qualquer eventualidade trazida pela guerra e evitar a perda dos bens materiais do núcleo familiar, que mais tarde seriam legados aos seus filhos e às suas filhas.

Maternidade

Por muito tempo o destino biológico das mulheres fundamentou seu destino social⁴⁶ e, não foi diferente para as mulheres das famílias que compunham a elite farroupilha no século XIX. A prática da maternidade parecia ser vista como uma característica universal feminina, um instinto biológico e até mesmo um *dom* feminino. Do mesmo modo, o papel de filha estava intrinsecamente ligado ao de futura esposa e mãe, sendo este último fundamental na constituição da sociedade e da família. Segundo Chiara Saraceno:

O lugar que têm a procriação e os filhos no ciclo da vida e na economia simbólica do casal e da família constitui o indicador talvez mais poderoso daquilo que é uma família numa determinada época e sociedade. Ela envolve quer os modelos de organização familiar, de convivência, de divisão no trabalho entre os sexos e entre as gerações, a escansão da vida individual, de casal e familiar, quer os limites, relações, controles e influências recíprocas entre família e sociedade⁴⁷.

44 Diário de Antônio Vicente da Fontoura. *Op.cit.*, p. 49.

45 Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Vol.2, Coleção Varela, Correspondência 189, p.160-162.
46 PERROT, Michelle (org.). *História da vida privada*. Vol.4. Tradução Denise Bottman e Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.139.

47 SARACENO, Chiara. *Sociologia da família*. Tradução M.F. Gonçalves de Azevedo. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p.122.

A própria palavra latina *matrimonium* se refere à mudança de status feminino: o assumir a condição de *mater*⁴⁸. O significado da gravidez incluía claramente a realização das promessas existentes nos dons biológicos naturais e nas possibilidades psicológicas das mulheres⁴⁹. A ideia de maternidade foi construída pela idealização do papel da mãe. E a associação da maternidade com a feminilidade, se tornou qualidade da personalidade de uma mulher – qualidade esta que certamente estava impregnada de concepções bastante firmes da sexualidade feminina, principalmente, em relação a sua fidelidade⁵⁰. A honra de uma mulher estava plenamente ligada ao seu comportamento sexual e seu papel na legitimação dos herdeiros era de fundamental importância. Além de ser depositária da legitimidade, eram esperadas delas ainda qualidades como dedicação, abnegação e habilidades domésticas, mesmo, como neste caso aqui analisado, onde as mulheres da elite farroupilha dependiam das escravas para a manutenção dos seus lares.

Estas mães das elites plenamente dedicadas aos filhos acabaram se tornando um modelo que não foi ou não pode ser seguido pelas mulheres de outros grupos sociais entre os séculos XIX e mais tarde no XX⁵¹. Em uma sociedade seriamente desigual, distinta e hierarquizada por questões socioeconômicas e étnico-raciais, as mulheres pobres não podiam viver inteiramente dedicando seu tempo e esforço ao lar, tendo que prover seus filhos com diversas formas de trabalhos como costureiras, lavadeiras, engomadeiras, cozinheiras e quando saímos da região urbana, temos as mães que viviam no campo e tinham que se dedicar ao trabalho na roça⁵². Além disso, para as mães materialmente afortunadas, a necessidade de ter que abandonar sua prole por falta de condições de criá-los acabava sendo uma opção quase inexistente, ao contrário do que acontecia com muitas mulheres desafortunadas⁵³. Esta era uma realidade distante da vivida por Clarinda Porto da Fontoura que quando morreu, teve a oportunidade de legar bens a seus filhos. Em seu inventário, ela deixou de pagamento a cada uma de suas filhas Clarinda, Josepha, Gabriela, Antonia, Maria Egyptica, Vicência e Luzia, como também aos filhos Antonio, José, Afonso, Francisco, Bento, João e Tito a quantia de 103\$863 entre bens móveis e semoventes⁵⁴.

Junto à maternidade e à gravidez, estavam:

exigências sociais, imperativos econômicos, orgulho familiar – todas pressões da realidade – induziam e não raro impunham uma gama restrita de sentimentos permissíveis. Os maridos desejavam ao mesmo tempo gerar um herdeiro e exibir sua potência sexual; a prole serviria de trunfo nas alianças entre famílias. Uma verdade jamais posta em questão era a de que ser fértil equivalia a ser abençoado, e ser estéril, a ser maldito. As poderosas emoções implícitas nesses adjetivos denunciam a forte tendência cultural favorável à mulher que podia tornar-se mãe e o estigma lançado sobre a que era incapaz de tal feito⁵⁵.

À fertilidade somava-se a mortalidade infantil. Clarinda e Bernardina, por exemplo,

48 *Idem*, p. 82.

49 GAY, Peter. *A experiência Burguesa da Rainha Vitória a Freud. A Educação dos Sentidos*. Vol.1. Tradução Per Salter. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 179.

50 GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993, p.54.

51 D'INCAO, Maria A. Mulher e família burguesa. In: *História das Mulheres no Brasil*. In: DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord.). *História das Mulheres no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1997, p.223-240.

52 FONSECA, Claudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: *História das Mulheres no Brasil*. *Op.cit.*, p.510-553.

53 VENANCIO, Renato P. Maternidade Negada. In: *História das Mulheres no Brasil*. *Op.cit.*, p.189-222.

54 Inventário de Antônio Vicente da Fontoura, APERS, ano: 1861, n: 233, m: 13, e: 143-D. 1ª Vara de Família (Ex-Órfãos). Inventários. Cachoeira do Sul.

55 GAY, Peter, 1989, *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud. A educação dos sentidos*. Vol.1. Tradução Per Salter. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.178.

perderam um ou mais filhos menores de idade⁵⁶ e podemos pensar que esta experiência, decorrida em suas vidas, poderia limitar sua afetividade materna. Contudo, como nos lembra Chiara Saraceno:

[A] mortalidade infantil fez pensar a qualquer estudioso que os progenitores, e em particular as mães, quase como forma de autodefesa instintiva, não investiam afectivamente muito nas crianças pequenas e que o amor materno era escasso ou inexistente. Trata-se de hipóteses que, depois de um breve sucesso, foram criticadas quer no plano metodológico, relativo aos indicadores utilizados para medir as presenças ou não de facto materno, que no plano de mérito. São exatamente as práticas de cuidados e educação tradicionais que nos parecem às vezes bárbaras e pouco atentas – das ligaduras apertadas ao uso de emplastros mágicos, por exemplo – que revelam na realidade uma forte preocupação de protecção contra os perigos de uma morte que parece atingir pessoas ao acaso e fora de qualquer possibilidade de controlo⁵⁷.

Bernardina Barcellos de Almeida sofreu este infortúnio entre seus filhos: Epaminondas, nascido em 1835; Aristides, nascido em 1837; Abrilina, nascida em 1839; Maria Carlota, nascida em 1840; Pelópidas, nascido em 1841 e Epaminondas, nascido em 1844. Dois meninos foram nomeados Epaminondas porque o primeiro, nascido em 1835, conheceu as dificuldades da sobrevivência infantil nos primeiros meses de vida e veio a falecer cinco anos depois de seu nascimento. O mesmo ocorreu a Aristides, que veio a falecer um ano após seu nascimento. Bernardina já havia perdido outros filhos precocemente: seus dois primeiros filhos, que foram chamados Domingos. Seu primogênito havia nascido em 1825 e faleceu no mesmo ano. Seu segundo filho, nascido em 1826, veio a falecer onze anos depois de seu nascimento. Ela também viu morrer seu décimo segundo filho, Pelópidas, na idade de quatorze anos⁵⁸. Às dificuldades enfrentadas pela maternidade, somam-se os perigos da guerra, que poderiam aparecer em momentos inesperados e fazer com que uma mulher tivesse que criar seus filhos sem a companhia de seu marido, ou ela mesma tivesse sua vida ameaçada.

Mas, mesmo correndo estes tipos de riscos de guerra, as mulheres que compunham as famílias da elite farroupilha não interromperam sua “fase reprodutiva” e tiveram filhos por mais algum tempo. Bernardina Barcellos de Almeida teve seu último filho registrado em 1844, quando já tinha por volta dos 38 anos. Já Clarinda Porto da Fontoura teve cinco filhos ao longo da guerra: Antônia, nascida em 1835; Antônio Eusebio, nascido em 1836; José Propício, nascido em 1837; Afonso, nascido em 1841 e Bento, nascido em 1843⁵⁹.

Quando acontecia de falecer algum marido/pai, algumas vezes o encargo ou autoridade legal para velar pela pessoa e bens de um menor poderia passar para algum tutor escolhido dentro ou mesmo fora da família. Entre estes tutores, poderiam estar as mães, como ocorreu ao falecimento de Antônio Vicente da Fontoura, onde ficou como tutora de seus seis filhos menores, sua esposa Clarinda Francisca Porto da Fontoura⁶⁰. Para conseguir a guarda dos filhos, estas mulheres deveriam provar suas capacidades de “boa mãe”. Foi o que aconteceu com Perpétua da Silva Guimarães, filha de Bento Gonçalves e viúva do também farroupilha Ignácio José de Oliveira Guimarães. Ela foi ao juiz de órfãos, órgão responsável pelos autos de justificação para tutoria, a fim de obter a tutela de suas quatro filhas menores de 12 anos: Thereza, Perpétua, Isabel e Ignácia. Para obter sucesso, ela precisou justificar:

56 NEVES, Ilka. *Domingos José de Almeida e sua descendência*. Porto Alegre: EDIGAL, 1987; FABRÍCIO, José de Araújo. *A descendência de Bento Gonçalves da Silva*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986; GUIMARÃES, José Pinto da Fonseca & FELIZARDO, Jorge Godofredo. *Genealogia Riograndense*. Volume I. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937. 57 SARACENO, Chiara. *Sociologia da Família*. Tradução M.F. Gonçalves de Azevedo. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p.123.

58 NEVES, *op.cit.*

59 NEVES, *op.cit.*; GUIMARÃES & FELIZARDO, *op.cit.*

60 Inventário de Antônio Vicente da Fontoura, APERS, ano: 1861, n: 233, m: 13, e: 143-D. 1ª Vara de Família (Ex-Órfãos). Inventários. Cachoeira do Sul.

1º - que vivia honestamente no estado de viúva; 2º - que tinha juízo e capacidade para administrar os bens e pessoas de suas filhas. Para isso ela precisou de testemunhas que comprovassem sua idoneidade. As testemunhas deveriam ser pessoas respeitáveis entre a comunidade, de preferência com emprego ou negócio próprio, casado e com filhos. A eles eram feitas as perguntas acima mencionadas. Perpétua, com a ajuda de três testemunhas, todos homens, conseguiu a tutela de suas filhas menores⁶¹. Provavelmente, Perpétua não só obteve a tutela das filhas por ter correspondido ao que era necessário para ter suas guardas. Ela contava também com o arcabouço do nome de sua família por trás de si. Não podemos esquecer que Perpétua pertencia aos Gonçalves da Silva, uma família de prestígio e poder.

Todavia, mesmo que para conseguir tutelar os filhos, as mães precisassem passar por esse processo jurídico, as obrigações sobre as vidas dos filhos eram tanto de responsabilidade dos pais quanto delas. Deste modo, os deveres compartilhados entre a maternidade e a paternidade eram da mesma espécie. As mães/esposas, como seus maridos, eram também responsáveis pela manutenção dos bens materiais e simbólicos do núcleo familiar. Das virtudes de seu comportamento e de seu nome dependia a continuidade das futuras gerações. As estratégias familiares como as alianças matrimoniais, a proteção ao patrimônio e sua transferência, além da preparação dos filhos para a vida adulta eram assuntos de competência também das mães da elite farroupilha.

À preocupação com os bens a serem deixados aos filhos, somava-se a atenção com a instrução e a educação destes desde a mais tenra idade até depois de adultos e, ainda, a vigilância de seu estado de saúde, o governo da casa – incluindo o controle de pagamentos, recebimentos, a compra e venda de escravos, registros de nascimento e organização do batismo dos filhos de escravas, além do cálculo de gastos⁶². Isso tudo fazia parte das tarefas de mãe e dona-de-casa das mulheres da elite farroupilha, que, com a ausência de seus maridos, tiveram que assumir muitas das responsabilidades que costumavam ser atribuídas aos homens.

Além das tarefas acima referidas, a manutenção da vida e segurança das crianças era de importância vital aos pais e, durante o período da guerra, as mulheres assumiram isso de forma determinante. Quando o lugar em que elas viviam junto dos seus filhos estava em perigo, as mães da elite farroupilha não temiam acionar suas redes de relações parentais e de aliados, movendo-se para lugares mais seguros. Estas relações comunitárias possibilitaram a mobilidade de muitos homens, mulheres e suas famílias quando ameaçadas por tropas inimigas. Ao evidenciarem a aproximação de forças adversárias, as mulheres partiam para outros lugares considerados mais seguros. Bernardina Barcellos de Almeida, durante o período dos combates, dirigiu-se à Feliz Retiro, Pedras Altas, Chuí, Caçapava, Bagé, entre outros locais, a fim de manter aos seus filhos e a si protegida e o mais próximo possível de seu marido Domingos de Almeida⁶³. Clarinda Porto da Fontoura também se deslocou entre os lares de alguns familiares e amigos, que se encontravam nas cidades de Santa Maria, Alegrete, Cacequi e São Gabriel.

Desse modo, ao assumir o papel de mãe, as mulheres da elite farroupilha passavam a ter um poder de decisão na vida familiar nada negligenciável. Desempenhando este encargo específico, função a qual eram preparadas para exercer desde o nascimento, elas adquiriam um importante espaço dentro do núcleo familiar e da sociedade para desempenharem seus poderes, mesmo que estes fossem algumas vezes limitados por seu gênero. A ideia de fragilidade

61 Processo anexado ao inventário de Ignácio José d'Oliveira Guimarães. APERS. Ano: 1852, n.310, m.21, e.140. Vara de Família, Sucessão e Provedoria (ex-Órfãos). Inventário. Pelotas.

62 MAUAD, Ana Maria; MUAZE, Mariana. "A escrita da intimidade: história e memória no diário da viscondessa do Arcozelo". In: GOMES, Ângela (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p.216.

63 Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Vol.2, Coleção Varela, Correspondência 173, p.140; Correspondência 190, p.165 e Correspondência 405, p.320.

esperada destas mulheres compartilhava também uma outra, em que delas eram esperadas atitudes fortes para a sua sobrevivência e a de seus filhos, principalmente em meio a uma guerra.

Conclusão

As correspondências escritas pelas famílias da elite farroupilha nos apontou a importância destas mulheres nas decisões familiares e, ainda, na administração dos bens e das propriedades pertencentes as suas famílias. Ao analisar os núcleos familiares da elite farroupilha sul-riograndense do século XIX, observamos que tanto os homens quanto as mulheres ocupavam papéis importantes, não apenas na vida doméstica, mas também na econômica, guardadas as proporções aceitas na sociedade da época referentes ao lugar que homens e mulheres deveriam ocupar.

Os papéis sociais de filha, esposa e mãe eram instrumentos de legitimação para as famílias da elite e faziam parte de um diversificado sistema simbólico criado e reproduzido por ela para que fosse mantido seu patrimônio material e imaterial. Para isso, as pessoas que pertenciam a estas famílias deveriam cumprir obrigações voltadas ao lugar em que ocupavam na sociedade.